



Ponte, à esquerda, rebate no plenário as críticas de Delfim Netto, à direita

Contas da Previdência estão em aberto

BRASÍLIA — O Governo transferiu para hoje o anúncio do pacote fiscal porque ainda não conseguiu fechar o orçamento da Previdência Social. Uma nova reunião entre os técnicos do Ministério do Planejamento e a Comissão de Saúde e Previdência da Câmara foi marcada para às 8h30m, na busca do entendimento.

A Comissão da Câmara reivindica basicamente o pagamento dos benefícios assegurados aos trabalhadores pela Constituição, que não entraram em vigor por falta de lei complementar, ainda em 1990, e pretende elevar de 25% para 30% as verbas destinadas à saúde. Se for aceita essa proposta, o déficit pode crescer de NCZ\$ 6,4 bilhões para NCZ\$ 10 bilhões, estima um dos integrantes da comissão. O Líder do Governo, Deputado Luiz Roberto Ponte, que participa das negociações, acha que a reivindicação para a saúde é justa, mas defende a retirada dos recursos do próprio orçamento, adiando o

pagamento de alguns benefícios previdenciários. Ele se baseia na Constituição que fixa um prazo de 18 meses para a vigência dos benefícios que dependem de lei complementar.

A reunião de hoje servirá para definir as fontes de receita do orçamento e o cronograma de pagamento dos novos benefícios previdenciários, especialmente o salário mínimo para o trabalhador rural. O Governo pretende que esse pagamento seja protelado para o segundo semestre, mas a comissão não aceita esse prazo e tentará negociar a antecipação do pagamento desses benefícios. Se não for possível um acordo hoje, o Governo encaminhará ao Congresso apenas um esboço do orçamento, deixando a versão final para a próxima semana. Já está acertado com os parlamentares que o Governo poderá inclusive alterar a versão enviada hoje, num prazo de 15 dias, quando começará a ser analisada a proposta definitiva do orçamento de 1990.